

História do Opus Dei

Texto de Federico Requena, onde sintetiza os marcos da história do Opus Dei, desde o nascimento do fundador, em 1902 até a expansão atual, comentando também o itinerário jurídico e o processo de canonização de São Josemaria Escrivá.

29/09/2020

1. São Josemaria instrumento de Deus para realizar o Opus Dei

Josemaria Escrivá nasceu em Barbastro (Espanha), em 9 de janeiro de 1902. Seus pais, José Escrivá e María de los Dolores Albás y Blanc, deram-lhe um exemplo constante de vida cristã e familiar que deixou uma profunda marca em sua vida. Foi o segundo dos seis filhos que o casal teve; sendo ainda criança, no espaço de três anos, morreram três irmãs em idade precoce. Ele mesmo esteve a ponto de falecer quando tinha dois anos. Foi curado de modo inesperado, atribuindo-se o fato à intercessão de Nossa Senhora de Torreciudad.

Em 1914 teve que se mudar com a família para Logronho, depois da falência da loja de tecidos que até o momento tinha garantido uma situação econômica tranquila aos Escrivá. Começaram anos difíceis, que a família enfrentou unida e com muita confiança em Deus. Foi nesse contexto que passou a adolescência.

No inverno do ano escolar de 1917-1918, quando cursava o último ano do secundário no Instituto Nacional de Logronho, viu na rua as pegadas deixadas na neve pelos pés descalços de um carmelita. Esse fato constituiu para sua alma uma chamada a aprofundar em sua vida cristã: o começo do que depois denominaria a época dos “vislumbres”, pressentimentos do amor de Deus que tocava a sua consciência[1]. Sentiu-se interpelado por Deus, sem saber, porém, claramente para onde essa chamada o levava, e decidiu ser sacerdote, pensando que assim ficaria mais disponível para cumprir a vontade divina. Então abandonou o projeto de estudar arquitetura, para iniciar, em outubro de 1918, os estudos eclesiásticos como aluno externo do Seminário Conciliar de Logronho. Tinha dezessete anos.

Terminados os dois primeiros anos no Seminário, em 1920, mudou-se para Saragoça para matricular-se na então Universidade Pontifícia, sendo ao mesmo tempo aluno interno do Seminário de São Francisco de Paula, chamado também, por suas origens históricas, Seminário de São Carlos. A piedade e a maturidade que demonstrou, levaram o cardeal Soldevilla, em 1922, a adiantar sua tonsura e a nomeá-lo Inspetor, cargo que lhe conferia o grau de Superior nesse Seminário. Naquele ano, seguindo um conselho do seu pai e com a autorização dos superiores do Seminário, iniciou o curso de Direito na Universidade de Saragoça[2], que fazia sem interferir com seus estudos no Seminário. Durante a época de estudante universitário levou a cabo um intenso apostolado entre seus colegas e professores.

Foi ordenado presbítero em 28 de março de 1925. Depois do

falecimento do seu pai, ocorrido em Logronho meses antes, a sua mãe e os seus dois irmãos se mudaram para Saragoça e ele os sustentava com o seu trabalho. Depois de uma breve experiência como Regente auxiliar na paróquia de Perdiguera, um pequeno povoado da província, e algumas semanas na paróquia do povoado de Fombuena, desenvolveu seu ministério sacerdotal na igreja de São Pedro Nolasco de Saragoça. Em 1927, mudou-se para Madri, com a permissão do seu bispo, para realizar os estudos de doutorado em Direito Civil e preparar a tese na Universidade Central, pois só na capital era possível obter o grau de doutor. Nesse mesmo ano havia concluído em Saragoça a Licenciatura em Direito.

Nos primeiros tempos, trabalhou em Madri como capelão do Patronato de Enfermos, instituição benficiante dirigida pela recém-fundada

Congregação das Damas Apostólicas do Sagrado Coração. Realizou um generoso trabalho pastoral, a serviço dessa instituição, entre pobres, crianças e doentes. Também se relacionou com pessoas de boa posição, que ele impulsionava na vida espiritual e na generosidade com os outros. Dava ao mesmo tempo aulas de Direito Canônico e de Direito Romano em uma Academia, para poder sustentar a família que ele havia levado consigo a Madri.

2.0 Opus Dei nasce na Igreja

Em 2 de outubro de 1928, enquanto fazia um retiro espiritual em Madri, São Josemaria, então jovem sacerdote de 26 anos, “viu” o que o Senhor lhe pedia a serviço da Igreja e que até aquele momento só havia “pressentido”, isto é, a fundação do Opus Dei[3].

“São Josemaria foi escolhido pelo Senhor para anunciar a chamada

universal à santidade e mostrar que a vida de todos os dias e a atividade corriqueira são caminho de santificação. Pode-se dizer que foi o santo do cotidiano. De fato, estava convencido de que, para quem vive sob a ótica da fé, todas as coisas são ocasião de um encontro com Deus, todas se tornam um estímulo para a oração. Vista dessa forma, a vida cotidiana revela uma grandeza insuspeitada. A santidade apresenta-se verdadeiramente ao alcance de todos”[4].

No dia 14 de fevereiro de 1930, São Josemaria, por inspiração sobrenatural, entendeu que as mulheres também deviam formar parte do Opus Dei. No final de 1930, deixou o Patronato de Enfermos e começou o seu ministério no Patronato de Santa Isabel, primeiro como capelão e a seguir como Reitor. O Patronato de Santa Isabel, instituição promovida em Madri

pelos Reis da Espanha, compreendia um colégio das Religiosas da Assunção e um Mosteiro de Religiosas Agostinianas. Para o atendimento sacerdotal dispunham de um Reitor e dois Capelães[5].

Desde aqueles primeiros anos, antes da guerra civil espanhola (1936-1939), o fundador empreendeu o trabalho de redigir documentos sobre o espírito e a atividade do Opus Dei. Distinguiu entre *Instruções*, destinadas a compilar, junto com critérios de fundo sobre o espírito do Opus Dei, experiências e detalhes práticos sobre os trabalhos apostólicos desenvolvidos por seus fiéis, e *Cartas*, com um tom mais expositivo[6].

Em 1934, publicou *Santo Rosario e Consideraciones Espirituales*, que em 1939, muito ampliado, converter-se-ia em *Camino*, a sua obra mais conhecida e difundida em todo

mundo. Nesse livro verteu a sua própria experiência espiritual, o que explica que mesmo tendo sido escrito em circunstâncias históricas bem determinadas, conserve a atualidade e continue interessando a milhões de pessoas que vivem em contextos culturais muitos diversos[7].

Também nos anos trinta, chegaram as primeiras pessoas que, fruto do impulso apostólico de São Josemaria, sentiram a chamada a fazer parte do Opus Dei, e foi instalado o primeiro Centro para o trabalho apostólico. Além disso, quando começou o conflito bélico na Espanha, estavam preparando a expansão do Opus Dei para Valência e Paris. Foi necessário esperar o final da guerra para iniciar a difusão em outras capitais espanholas. São Josemaria levou a cabo todo este trabalho com o conhecimento e o alento da autoridade diocesana.

Em 1939, uma vez acabada a guerra civil na Espanha, iniciou-se, de modo estável, o trabalho apostólico em Valência, de onde chegaram logo novos fiéis para o Opus Dei. Quase imediatamente depois, o Opus Dei começou o trabalho em Barcelona e Valladolid (1940); pouco depois, em Saragoça, Bilbao, Sevilla e Santiago. O número de membros do Opus Dei e de atividades apostólicas cresceu notavelmente durante os anos quarenta. O trabalho com mulheres também se intensificou e, em 1942, abriu-se em Madri um primeiro Centro.

3. Primeiras aprovações canônicas

No dia 19 de março de 1941, o Opus Dei foi aprovado como Pia União pelo Bispo de Madri. Mons. Eijo y Garay procurava colocar um ponto final a uma série de campanhas difamatórias incubadas tanto em ambientes eclesiásticos como

políticos, motivadas em grande parte pela incompreensão diante da mensagem do Opus Dei, a chamada universal à santidade através do trabalho profissional e das outras atividades normais da vida e ao apostolado no meio do mundo.

Em 14 de fevereiro de 1943, o Fundador, inspirado novamente por Deus, encontrou na Sociedade Sacerdotal da Santa Cruz, o meio para incardinar sacerdotes que, formando parte do fenômeno pastoral do Opus Dei, pudessem encarregar-se de atender as tarefas apostólicas que lhes confiasse o Fundador. O bispo de Madri, contando com o “nihil obstat” da Santa Sá, erigiu-a como Sociedade de Vida Comum sem votos, nesse mesmo ano.

Estava claro que a solução canônica adotada não poderia ser definitiva. Desde o princípio, e assim constava

também nos documentos oficiais, os fiéis do Opus Dei eram cristãos comuns e atuavam como tais, cidadãos como os outros que viviam do seu trabalho, sem distintivos particulares; que desenvolviam as suas atividades apostólicas com naturalidade, entre seus parentes e amigos, e com a iniciativa e a responsabilidade de quem vive entre seus iguais. O Opus Dei era uma instituição que requeria formulações jurídicas novas, que garantissem, além disso, a unidade – de formação, de governo e de apostolado – ao redor do seu pastor próprio.

Enquanto isso, se desenvolvia a atividade apostólica e evangelizadora. Crescia o número de pessoas, homens e mulheres, que pediam a admissão. A primeira ordenação sacerdotal de fiéis do Opus Dei teve lugar em 25 de junho de 1944. Os três sacerdotes, ordenados pelo Bispo de Madri,

foram Álvaro del Portillo, José María Hernández Garnica e José Luis Múzquiz, engenheiros os três. Atualmente estão abertas as suas causas de Canonização. Acabada a segunda guerra mundial, e já com uma vintena de Centros e várias centenas de fiéis na Espanha, pôde-se começar a expansão do Opus Dei em outros países. Em primeiro lugar, nações europeias: Portugal (1945), Itália e Grã-Bretanha (1946), Irlanda e França (1947); e depois o salto para a América: México e Estados Unidos (1949); Chile e Argentina (1950).

A rápida difusão internacional do Opus Dei foi um motivo mais para propor a modificação do seu estatuto jurídico. Se bem que o passo de 1943 tenha sido importante, era evidente que, para o desenvolvimento do Opus Dei, era necessário um reconhecimento jurídico de âmbito universal. Assim, o longo itinerário jurídico da Obra continuou e levou,

entre outras coisas, a que São Josemaria fosse para Roma, em 1946, e fixasse lá a sua residência. Depois de intensos meses de oração, sacrifício e trabalho, em fevereiro de 1947, o Papa Pio XII aprovou o Opus Dei como Instituto Secular. Apoiada nesta nova base jurídica – que superava as anteriores, mas que não era ainda plenamente adequada – a Obra continuou a crescer.

O número de fiéis, que em 1946 alcançava a cifra de 268, passou nos primeiros meses de 1950 a 2.954. Os sacerdotes, que em 1946, eram quatro, em 1950 chegavam a vinte e três. Os Centros da Obra superavam uma centena, espalhados por vários países da Europa e da América, quadriplicando o número dos que havia em 1946. Em 16 de junho de 1950, mediante o decreto *Primum inter*, a Santa Sé concedeu ao Opus Dei a aprovação definitiva como Instituição de direito pontifício. O

reconhecimento de 1950, mesmo sem constituir a solução apropriada à natureza do Opus Dei, permitiu a incorporação ao Opus Dei de pessoas casadas, e de sacerdotes incardinados em suas respectivas dioceses à Sociedade Sacerdotal da Santa Cruz.

4. Desenvolvimento e expansão

O Opus Dei continuou a estender-se pelo mundo, e os seus membros, com o impulso de São Josemaria, assim como o apostolado pessoal e a colaboração de muitas outras pessoas, criaram importantes iniciativas no campo da educação e da assistência: universidades, hospitais, escolas para agricultores, colégios e centros de formação profissional em países e contextos sociais muito diversos. A aprovação de 1950 contemplava a figura dos Cooperadores do Opus Dei: pessoas que, sem se incorporarem

juridicamente como membros, colaboram com a sua oração, esmolas e, conforme os casos, com o seu trabalho, no apostolado do Opus Dei e participam dos seus bens espirituais. Entre os Cooperadores, admitia-se também pessoas não católicas ou inclusive não cristãs.

A difusão e ampliação dos apostolados apoiava-se, em primeiro lugar, nos meios sobrenaturais. São Josemaria, além disso, impulsionou a formação dos membros, a organização e o governo do Opus Dei. Em 1948 e 1953, criou dois centros internacionais de formação com sede em Roma, um para homens e outro para mulheres, o Colégio Romano da Santa Cruz e o Colégio Romano de Santa Maria respectivamente.

A figura do Instituto secular não se adequava ao carisma fundacional da Obra, embora tivesse sido uma

configuração jurídica que, ao implicar um regime supra-diocesano, havia facilitado a sua difusão internacional. Concretamente em 1951, tinha-se começado o trabalho na Colômbia e Venezuela; 1952 Alemanha; 1953, Guatemala e Peru; 1954, Equador; 1956, Uruguai e Suíça; 1957, Brasil, Áustria e Canadá; 1958, Japão, Quênia e El Salvador; 1959, Costa Rica; 1960, Holanda; 1962, Paraguai; 1963, Austrália; 1964, Filipinas; 1965, Bélgica e Nigéria e 1969, Porto Rico.

A história do Opus Dei, nos últimos cinco anos de vida de seu Fundador, foi marcada pela consolidação e desenvolvimento do trabalho apostólico nos cinco continentes, pela esperança de alcançar a desejada solução jurídica definitiva, pelos desafios apresentados à Igreja depois do Concílio Vaticano II, e por uma intensa catequese diante de muitos milhares de pessoas que São

Josemaria realizada entre 1972 e 1975 na Europa e na América. Em 26 de junho de 1975, o Fundador faleceu de forma repentina em Roma. Na época, o Opus Dei contava com cerca de 60.000 fiéis.

D. Álvaro del Portillo, seu colaborador mais próximo desde os anos trinta, foi eleito seu sucessor. Durante seu governo, o Opus Dei alcançou a solução jurídica definitiva, que o Fundador já havia previsto: uma Prelazia pessoal, de âmbito universal, quer dizer, uma porção do povo de Deus regida por um Prelado, como Pastor próprio, e seu presbitério[8]. Em janeiro de 1991, o Santo Padre ordenou o Prelado do Opus Dei, Mons. Álvaro del Portillo, como bispo. Teve início o trabalho apostólico em 21 novos países: 1978, Bolívia; 1980, Zaire [R. D. Congo], Costa do Marfim e Honduras; 1981, Hong Kong; 1982, Singapura e Trinidad Tobago; 1984,

Suécia; 1985, Taiwan; 1987, Finlândia; 1988, Camarões e República Dominicana; 1989, Macau, Nova Zelândia e Polônia; 1992, Nicarágua, Hungria e República Checa; 1993, Índia e Israel e 1994, Lituânia.

Mons. Álvaro Del Portillo faleceu em 23 de março de 1994 e foi sucedido à frente da Prelazia por Mons. Javier Echevarría, também colaborador de São Josemaria durante mais de duas décadas. Foi ordenado Bispo em janeiro de 1995. Desde então, o trabalho do Opus Dei começou na Estônia, Eslováquia, Líbano, Panamá e Uganda (1996); Cazaquistão (1997); África do Sul (1998); Eslovênia e Croácia (2003); Letônia (2004); Rússia (2007); Romênia, Indonésia e Coreia do Sul (2009).

O Fundador do Opus Dei foi beatificado por João Paulo II em 17 de maio de 1992 e o mesmo Papa o

canonizou, em outubro de 2002, na praça de São Pedro diante de cerca de meio milhão de pessoas procedentes dos cinco continentes.

5. Situação canônica do Opus Dei

Desde o começo dos anos sessenta, o fundador tinha proposto à Santa Sé a necessidade de rever o estatuto jurídico do Opus Dei, que se havia estendido pelos cinco continentes. A doutrina sobre a chamada universal à santidade e a missão do leigo na Igreja, que São Josemaria difundiu desde os anos trinta, encontrou confirmação e impulso com o Concílio Vaticano II[9]. Os documentos aprovados por esta Assembleia Ecumênica permitiram que, finalmente, se abrisse o caminho rumo a uma solução jurídica adequada.

Com efeito, o carisma do Opus Dei encontrou a expressão jurídica oportuna na figura das prelazias

pessoais, previstas para o desempenho de especiais tarefas pastorais[10]. Em 19 de março de 1983 deu-se execução à constituição apostólica *Ut sit*, com a qual o Papa João Paulo II, com data de 28 de novembro, erigia o Opus Dei como Prelazia pessoal de âmbito universal, dotada de estatutos próprios.

A Prelazia da Santa Cruz e Opus Dei, ou simplesmente Opus Dei, é, portanto, uma instituição da Igreja de estrutura jurisdicional-hierárquica, ou seja, uma forma de auto-organização da Igreja Católica, que tem uma configuração análoga à de uma diocese (sem ser uma diocese), cuja missão é difundir a chamada universal à santidade e promover, entre os católicos de todas as condições sociais, a santificação através do trabalho profissional e das circunstâncias da vida cotidiana. Mediante a Sociedade Sacerdotal da Santa Cruz – associação de clérigos

intrinsecamente unida à Prelazia – ajuda os sacerdotes diocesanos a robustecer a sua chamada à santidade, no exercício de seu ministério sacerdotal.

Texto publicado no site <https://www.collationes.org>

Federico Requena, Janeiro 2011

Bibliografia básica

Entre as biografias de São Josemaria cabe destacar os três volumes de ANDRÉS VÁZQUEZ DE PRADA, *O fundador do Opus Dei*, Quadrante

Outras biografias:

FRANÇOIS GONDRAND, *Au pas de Dieu*, Paris 1982.

Peter Berglar, *Opus Dei: Leben und Werk des Gründers Josemaría Escrivá de Balaguer*, Salzburg 1983.

Ana Sastre Gallego, *Tiempo de Caminar: Semblanza de Monseñor Josemaría Escrivá*, Rialp, Madrid, 1989.

Sobre a história do Opus Dei, pode-se indicar, além disso: A

MADEO DE FUENMAYOR, VALENTÍN GOMEZ-IGLESIAS e JOSÉ LUIS ILLANES, *El itinerario jurídico del Opus Dei: historia y defensa de un carisma*, Eunsa;

John F. Coverdale, *Uncommon Faith: The Early Years of Opus Dei* (1928-1943), Scepter Publishers, New Jersey, 2002; and

FEDERICO M. REQUENA e JAVIER SESÉ, *Fuentes para la historia del Opus Dei*, Ariel.

Em 2001 se erigiu em Roma o Instituto Histórico São Josemaria Escrivá, com o objetivo de publicar suas obras completas e fomentar os

estudos sobre sua pessoa e ensinamentos. Em janeiro de 2007, veio à luz o primeiro número de sua revista: *Studia et Documenta. Rivista dell'Istituto Storico San Josemaría Escrivá*, cuja seção bibliográfica constitui a principal fonte para conhecer a bibliografia sobre São Josemaria e o Opus Dei.

[1] A. VÁZQUEZ DE PRADA, *O fundador do Opus Dei*, I, Quadrante, 2004, p. 85 e segs.

[2] Cfr. R. HERRANDO PRAT DE LA RIBA, *Los años de seminario de Josemaría Escrivá en Zaragoza (1920-1925)*, Rialp, 2002, p. 212 e ss.

[3] Sobre a fundação e seu nome, escrevia o Cardeal Ratzinger, em *L'Osservatore Romano*, em 6 de outubro de 2002, dia da canonização de São Josemaria: “Sempre chamou-

me a atenção o sentido que Josemaria Escrivá dava ao nome Opus Dei; uma interpretação que poderíamos chamar biográfica e que permite entender o fundador e a sua fisionomia espiritual. Escrivá sabia que devia fundar algo, e ao mesmo tempo estava convencido de que esse algo não era obra sua: ele não havia inventado nada: simplesmente o Senhor se tinha servido dele e, em consequência, aquilo não era a sua obra, mas a Obra de Deus. Ele era apenas um instrumento através do qual Deus tinha atuado”.

“[...] Josemaria Escrivá não se considerava “fundador” de nada, e porque se via somente como um homem que quer cumprir uma vontade de Deus, secundar essa ação, a obra — com efeito — de Deus. Neste sentido, para mim é de grande importância o teocentrismo de Escrivá: é coerente com as palavras de Jesus essa confiança em que Deus

não se retirou do mundo, porque está atuando constantemente; e que nos cabe apenas colocar-nos à sua disposição, estar disponíveis, sendo capazes de responder à sua chamada. É uma mensagem que ajuda também a superar aquilo que se pode chamar a grande tentação do nosso tempo: a pretensão de pensar que, depois do *big bang* Deus se retirou da história. A ação de Deus não “parou” no momento do *big bang*, mas continua no transcorrer do tempo, tanto no mundo da natureza como no dos homens”.

[4] JOÃO PAULO II, *Discurso de 7 de outubro de 2002*, dia seguinte à canonização de São Josemaria (https://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/speeches/2002/october/documents/hf_jp-ii_spe_20021007_opus-dei.html).

[5] A. VÁZQUEZ DE PRADA, *O fundador do Opus Dei*, I, Quadrante, 2004, cap. VII-VIII.

[6] Vid. J.L. ILLANES, *Obra escrita y predicación de San Josemaría Escrivá*, em *Studia et Documenta*, 3 (2009), p. 203.

[7] A *Caminho*, seguiram-se outras publicações: em 1934 publicou uma ampla monografia com o título *La Abadesa de Las Huelgas*. Durante os anos sessenta e setenta deu à imprensa: *Entrevistas com Mons. Josemaría Escrivá* (1968) e *É Cristo que passa* (1973). O primeiro traz várias entrevistas que concedeu a diferentes meios de comunicação de todo o mundo, nas quais respondia a perguntas sobre o Opus Dei e sua atividade. Abordava igualmente questões de atualidade acerca da Igreja e do mundo. *É Cristo que passa* contém dezoito textos de sua pregação, que seguem as principais

festas do ano litúrgico. A obra constitui uma revisão de alguns aspectos essenciais da vida cristã em geral e do espírito do Opus Dei em particular. Seriam publicadas postumamente: *Amigos de Deus* (1977), *Via Sacra* (1981), *Sulco* (1986) e *Forja* (1987), traduzidas para numerosas línguas e difundidas entre milhares de pessoas em todo o mundo. Em 2004, foi publicada a edição crítico-histórica de *Caminho*, e em 2010 a de *Santo Rosário*.

[8] Cfr. A. DE FUENMAYOR – V. GÓMEZ IGLESIAS – J. L. ILLANES, *El itinerário jurídico del Opus Dei, historia de un carisma*, Eunsa, 1989, cap. X; também E. BAURA, *Régimen*, artigo publicado em www.collationes.org (2010).

[9] cfr. CONCÍLIO VATICANO II, Constituição Dogmática *Lumen Gentium*, cap. V.

[10] Cfr. CONCÍLIO VATICANO II,
Decreto *Presbyterorum Ordinis*, n. 10
e Decreto *Ad gentes*, n. 20.

pdf | Documento gerado
automaticamente de [https://
opusdei.org/pt-br/article/historia-do-
opus-dei/](https://opusdei.org/pt-br/article/historia-do-opus-dei/) (12/02/2026)